

Assistente Social

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado. Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será eliminado do Processo Seletivo.
 - 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 › Língua Portuguesa; 11 a 20 › Legislação; 21 a 50 › Conhecimentos Específicos.
 - 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
 - 4 A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo.
 - 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
 - 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
 - 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
 - 8 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
 - 9 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
 - 10 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
 - 11 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
 - 12 Antes de retirar-se definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno** e a **Folha de Respostas**.
-

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Uma matéria publicada no Jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, de março de 2013, afirma que, de acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o número de brasileiros com diploma universitário passou de 4,4%, em 2000, para 7,9%, em 2010. Segue reproduzido trecho da matéria, assinada pela professora Eliane Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A universalização do ensino fundamental e, por conseguinte, a expressiva chegada da população jovem ao ensino médio tem despertado, em setores tradicionalmente excluídos do ensino superior no Brasil, a possibilidade concreta de acesso à carreira universitária, como estratégia plausível para alavancar melhores níveis de vida e relativa mobilidade sociocultural [...].

Disponível em: www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1385. Acesso em: 29 de maio de 2013.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Diante desse novo cenário de acesso ao ensino superior, produza um artigo de opinião, no qual você defenda um ponto de vista em resposta ao seguinte questionamento:

O diploma de um curso superior é condição necessária para ter sucesso no mundo do trabalho, no século XXI?

INSTRUÇÕES

- Ⓢ Seu artigo deverá, obrigatoriamente, atender às seguintes exigências:
 - ser redigido no espaço destinado ao texto definitivo;
 - apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, **dois argumentos**;
 - ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
 - não ser escrito em versos;
 - conter, no máximo, 40 linhas;
 - não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

- Ⓢ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
 - texto com até 14 linhas;
 - fuga ao tema ou à proposta;
 - letra ilegível;
 - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
 - artigo escrito em versos.

Observação:

Embora se trate de um artigo de opinião, **NÃO ASSINE O TEXTO** (nem mesmo com pseudônimo).

Título

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

NÃO ASSINE O TEXTO.

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

NÃO ASSINE O TEXTO.

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A biblioteca roubada

VLADIMIR SAFATLE

3 "A Carta Roubada" é um dos contos mais célebres de Edgar Allan Poe. Nele, o escritor norte-americano conta a história de um ministro que resolve chantagear a rainha roubando a carta que lhe fora endereçada por um amante.

6 Desesperada, a rainha encarrega sua polícia secreta de encontrar a carta, que provavelmente deveria estar na casa do ministro. Uma astuta análise, com os mais modernos métodos, é feita sem sucesso. Reconhecendo sua incompetência, o chefe de polícia apela a Auguste Dupin, um detetive que tem a única ideia sensata do conto: procurar a carta no lugar mais óbvio possível, a saber, em um porta-cartas em cima da lareira.

9 A leitura do conto de Edgar Allan Poe deveria ser obrigatória para os responsáveis pela educação pública. Muitas vezes, eles parecem se deleitar em procurar as mais finas explicações, contratar os mais astutos consultores internacionais com seus métodos pretensamente inovadores, sendo que os problemas a combater são primários e óbvios para qualquer um que queira, de fato, enxergá-los.

12 Por exemplo, há semanas descobrimos, graças ao Censo Escolar de 2011, que 72,5% das escolas públicas brasileiras simplesmente não têm bibliotecas. Isto equivale a 113.269 escolas. Um descaso que não mudou com o tempo, já que, das 7.284 escolas construídas a partir de 2008, apenas 19,4% têm algo parecido com uma biblioteca.

15 Mesmo São Paulo, o Estado mais rico da Federação, conseguiu ter 85% de suas escolas públicas nessa situação. Ou seja, um número pior do que a média nacional.

18 Diante de resultados dessa magnitude, não é difícil entender a matriz dos graves problemas educacionais que atravessamos. Difícil é entender por que demoramos tanto para ter uma imagem dessa realidade.

21 Ninguém precisa de mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura e do contato efetivo com livros para a boa formação educacional. Ou melhor, ninguém a não ser os administradores da educação pública, em todas as suas esferas. Pois não faz sentido algum discutir o fracasso educacional brasileiro se questões elementares são negligenciadas a tal ponto.

24 Em política educacional, talvez vamos acabar por descobrir que "menos é mais". Quanto menos "revoluções na educação" e quanto mais capacidade de realmente priorizar a resolução de problemas elementares (bibliotecas, valorização da carreira dos professores etc.), melhor para todos.

27 A não ser para os consultores contratados a peso de ouro para vender o mais novo método educacional, portador de grandes promessas.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 07 maio 2013. [Adaptado]

01. A referência a um conto de Edgar Allan Poe justifica-se porque esse conto é

- A) um gênero textual de circulação restrita ao meio acadêmico.
- B) uma obra de ficção que, estruturalmente, representa um gênero textual com características semelhantes às de "A biblioteca roubada".
- C) um gênero textual de circulação restrita a jornais e revistas.
- D) uma obra de ficção cujos acontecimentos revelam uma aproximação com a temática presente em "A biblioteca roubada".

- 02.** De forma dominante, o texto
- A) descreve o quadro da falta de bibliotecas nas escolas públicas brasileiras.
 - B) comenta sobre a atualidade temática de uma célebre obra de ficção.
 - C) defende um ponto de vista acerca das políticas educacionais brasileiras.
 - D) explica a realidade educacional brasileira a partir de uma obra de ficção.
- 03.** No trecho “Ninguém precisa de mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura [...]” (linha 24), está pressuposto que
- A) é desnecessário mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura.
 - B) existem vários discursos óbvios sobre a importância da leitura.
 - C) é desnecessário haver discursos óbvios sobre a importância da leitura.
 - D) existem outros discursos mais óbvios sobre a importância da leitura.
- 04.** O autor usa a expressão “Em política educacional” (linha 29) com a intenção de
- A) delimitar a um campo do conhecimento a afirmação que a segue.
 - B) fazer ironia em relação à ineficácia das políticas educacionais.
 - C) polemizar com os responsáveis pela formulação de políticas educacionais.
 - D) explicar por que as políticas educacionais são ineficazes.
- 05.** Para desenvolver a ideia central, no penúltimo parágrafo, o autor vale-se de uma relação semântica de
- A) adversidade.
 - B) concessão.
 - C) finalidade.
 - D) proporção.
- 06.** Considere o seguinte período:
- “Nele, o escritor norte-americano conta a história de um ministro que resolve chantagear a rainha roubando a carta que **lhe fora** endereçada por um amante.” (linhas 1 a 3),
- Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que
- A) a primeira tem como referente “a rainha”, e a segunda indica uma ação anterior ao roubo da carta.
 - B) a primeira tem como referente “um ministro”, e a segunda indica uma ação concomitante ao roubo da carta.
 - C) a primeira tem como referente “a rainha”, e a segunda indica uma ação concomitante à chantagem feita pelo ministro.
 - D) a primeira tem como referente “um ministro”, e a segunda indica uma ação anterior à chantagem feita pelo ministro.

07. Considere o seguinte período:

“A leitura do conto de Edgar Allan Poe **deveria ser** obrigatória para os responsáveis pela educação pública.” (linhas 10 e 11)

Se o núcleo do sujeito for flexionado para o plural, na locução em destaque,

- A) apenas o verbo principal acompanhará essa flexão.
- B) apenas o verbo auxiliar acompanhará essa flexão.
- C) ambos os verbos irão para o plural.
- D) ambos os verbos permanecerão no singular.

08. Em “A não ser para os consultores contratados **a peso de ouro** [...]” (linha 33), a expressão em destaque exerce uma função

- A) substantiva.
- B) adjetiva.
- C) adverbial.
- D) pronominal.

09. Considere o trecho a seguir:

“**Reconhecendo sua incompetência**, o chefe de polícia apela a Auguste Dupin [...]”.
(linhas 6 e 7)

Desenvolvendo-se a oração destacada e mantendo-se a mesma relação semântica, obtém-se a forma

- A) “Como reconhece sua incompetência, [...]”.
- B) “Enquanto reconhece sua incompetência, [...]”.
- C) “Embora reconheça sua incompetência, [...]”.
- D) “Caso reconheça sua incompetência, [...]”.

10. Considere o parágrafo:

“Ninguém precisa de mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura e do contato efetivo com livros para a boa formação educacional. Ou melhor, ninguém a não ser os administradores da educação pública, em todas as suas esferas. Pois não faz sentido algum discutir o fracasso educacional brasileiro se questões elementares são negligenciadas a tal ponto.” (linhas 24 a 28)

Tomando-se como referência as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar que

- A) a vírgula após “ou melhor” justifica-se, porque essa expressão não introduz uma oração alternativa.
- B) a ocorrência do ponto antes de “pois” justifica-se, porque a explicação introduzida por essa palavra não se refere ao período imediatamente anterior.
- C) a ocorrência do ponto antes de “pois” não se justifica, porque a explicação introduzida por essa palavra não se refere ao período imediatamente anterior.
- D) a vírgula após “ou melhor” não se justifica, porque essa expressão introduz uma oração explicativa.

11. Considere as afirmativas abaixo, referentes à Reversão prevista na Lei nº 8.112/90.

I	Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
II	A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.
III	O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, excluídas as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
IV	O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e IV. B) I, III e IV. C) II e III. D) III e IV.**

12. Um servidor público federal que estava em disponibilidade retornou à atividade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com aquele que ocupava anteriormente. De acordo com a Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que esse servidor foi

- A) aproveitado. B) reconduzido. C) readaptado. D) reintegrado.**

13. Considere as afirmativas a seguir, relacionadas aos Direitos e às Vantagens do servidor público estatutário, previstos na Lei nº 8.112/90.

I	Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
II	O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
III	Na hipótese do servidor público federal se afastar para exercer cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão do Município, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.
IV	As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, porém, não serão consideradas como efetivo exercício.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III. B) I e IV. C) II e IV. D) II e III.**

14. De acordo com a Lei nº 8.112/90, pode-se afirmar que o auxílio-moradia será

- A) concedido, mesmo que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.
B) limitado a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
C) negado ao servidor, se alguma pessoa que resida com ele receba auxílio-moradia.
D) deferido ao servidor, ainda que exista imóvel funcional disponível para o seu uso.**

15. Um servidor público federal estável requereu afastamento para participação em programa de mestrado no País. À luz do que dispõe a Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que esse afastamento poderá ser concedido

- A) ao servidor que tiver se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos dois últimos anos anteriores à data da solicitação do afastamento para participação no programa.
B) ao servidor titular de cargo efetivo que esteja há pelo menos 3 (três) anos, incluído o estágio probatório, no respectivo órgão ou entidade.
C) ao servidor que puder participar no programa, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante a compensação de horário.
D) ao servidor que se afastou para gozo de licença para capacitação nos dois últimos anos anteriores à data do pedido do afastamento a fim participar do programa.**

16. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), a ação disciplinar prescreverá em
- A)** dois anos, quanto às infrações puníveis com suspensão.
B) um ano, quanto às infrações puníveis com advertência.
C) três anos, quanto às infrações puníveis com cassação de aposentadoria.
D) seis anos, quanto às infrações puníveis com demissão.

17. Considere as afirmativas no quadro a seguir, relacionadas ao PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, normatizado na Lei nº 8.112/90.

I	O servidor que estiver respondendo a processo disciplinar poderá ser exonerado a pedido antes do término do referido processo disciplinar.
II	A revisão do processo disciplinar poderá ocorrer somente de ofício, desde que existam fatos novos.
III	O presidente da comissão que conduz o processo disciplinar deve ocupar cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
IV	Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Estão corretas as afirmativas

- A)** I e II. **B)** II e III. **C)** I e IV. **D)** III e IV.

18. Considerando-se as normas referentes ao inquérito administrativo, previstas na Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que
- A)** o procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório bem como interferir, diretamente, nas perguntas e respostas das testemunhas.
B) o incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.
C) o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
D) o pedido de prova pericial será deferido, ainda que a comprovação do fato independa de conhecimento especial de perito.

19. Analise as assertivas a seguir, relacionadas à SEGURIDADE SOCIAL do servidor público federal, prevista na Lei nº 8.112/90.

I	À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até um ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.
II	O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.
III	O dependente do servidor público tem direito ao auxílio-natalidade.
IV	O servidor será aposentado, compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade.

Estão corretas as afirmativas

- A)** II e III. **B)** I e II. **C)** III e IV. **D)** I e IV.

20. À luz do disposto na Seguridade Social do servidor público civil da União, prevista na Lei nº 8.112/90, são beneficiários da pensão vitalícia
- A)** o irmão órfão que comprove dependência econômica do servidor.
B) o menor sob guarda ou tutela do servidor, independentemente da dependência econômica.
C) o pai e a mãe que comprovem dependência econômica do servidor.
D) o enteado que dependa economicamente do servidor.

21. O governo federal criou, recentemente, medidas destinadas a ampliar o acesso da população brasileira a previdência social. Essas medidas são
- A) o plano simplificado de previdência social e o programa de microempreendedor individual.
 - B) o programa de microempreendedor individual e o seguro especial, que inclui os trabalhadores rurais.
 - C) o programa de microempreendedor individual e o regime de segurados especiais urbanos para os trabalhadores informais.
 - D) o plano simplificado de previdência social e o programa de inclusão previdenciária dos catadores de materiais recicláveis.
22. As políticas sociais são constituídas na relação dialética e contraditória entre Estado e Sociedade. Como política pública, entre suas características, estão:
- A) Visam concretizar direitos conquistados pela sociedade declarados ou não em leis e operacionalizam-se através de programas, projetos e serviços sociais.
 - B) Concretizam direitos declarados em leis e garantidos por estas, guiam-se pelo princípio do interesse comum e visam à satisfação da rentabilidade do capital.
 - C) São consideradas uma ação pública que depende da responsabilidade de uma autoridade pública e podem estar ou não sob o controle da sociedade.
 - D) Concretizam direitos declarados em leis e garantidos por estas, guiam-se pelo princípio do interesse comum e visam à satisfação de necessidades sociais.
23. O debate e os estudos desenvolvidos e divulgados pelo Conselho Federal de Serviço Social CFESS sobre a atuação dos assistentes sociais, no âmbito da política de educação, vêm possibilitando caracterizar as possibilidades de atuação nessa área. A opção que apresenta atribuições do(a) Assistente Social na política de educação é:
- A) Atender requisições institucionais relativas às situações de carência dos servidores e estudantes; atuar no atendimento à qualidade dos serviços, a gestão democrática e participativa, além de um conjunto de ações de caráter individual e coletiva.
 - B) Realizar atendimento direto aos usuários; desenvolver ações de caráter individual e coletivo no âmbito da mobilização, participação e controle social, planejamento, gestão e assessoria à gerência.
 - C) Desenvolver ações junto aos estudantes carentes, às famílias, aos professores e aos demais trabalhadores(as) da educação; atuar em um conjunto de ações de natureza individual e coletiva e relacionadas à gerência.
 - D) Atender requisições institucionais voltadas para a ampliação do acesso e das condições de permanência; desenvolver ações de caráter individual e coletivo administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.
24. Na perspectiva do projeto ético-político profissional, a atuação do profissional, no âmbito da política de educação, supõe a defesa de uma concepção de educação coerente com um novo projeto societário. Essa definição implica construir ações profissionais que tenham como horizonte a defesa
- A) de uma educação emancipadora.
 - B) da legislação pertinente à política de educação.
 - C) de uma educação para a cidadania.
 - D) do Plano Nacional de Educação.

25. O cotidiano da prática profissional aponta problemas, mas, ao mesmo tempo em que os revela, oculta-os. Numa perspectiva crítica, o processo de conhecimento dessa cotidianidade é apenas o ponto de partida para uma prática profissional conseqüente. Para conhecê-la, é necessário desvelar sua objetividade, ir do particular para o geral, ir das microatuações para as relações sociais mais amplas e retornar às microatuações. Nesse processo, é central o domínio de duas categorias:

- A) alienação e ideologia
- B) totalidade e contradição
- C) ideologia e totalidade
- D) contradição e alienação

26. Com o objetivo de referenciar ações do(as) assistentes sociais na área da saúde, o conjunto CFESS/CRESS organizou os “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde” (2010), distribuídos em quatro grandes eixos. A partir dessas informações, considere as afirmações a seguir.

I	Os quatro eixos de atuação de Assistentes Sociais são: Atendimento Direto aos Usuários; Mobilização, Participação e Controle Social; Investigação, Planejamento e Gestão; Assessoria, Qualificação e Formação Profissional.
II	Os quatro eixos de atuação de Assistentes Sociais distribuem-se em: Mobilização, Participação e Controle; Ações Socioassistenciais; Ações Socioeducativas; Investigação, Planejamento e Gestão.
III	As ações socioassistenciais, as socioeducativas e a articulação com a equipe de saúde integram o eixo Atendimento Direto ao Usuário.
IV	O eixo Investigação, Planejamento e Gestão contempla a inserção dos(as) assistentes sociais em processos de organização e coordenação em saúde e pauta-se pelo objetivo de fortalecer a gestão democrática e participativa.

De acordo com esses parâmetros, estão corretas

- A) as afirmações II, III e IV.
- B) apenas as afirmações II e III.
- C) as afirmações I, III e IV.
- D) apenas as afirmações I e II.

27. “A questão social expressa [...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (CFESS, ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS EM QUESTÃO, p. 48, 2012). Considerando que a Questão Social é matéria do Serviço Social, é correto afirmar:

- A) A atuação sobre as múltiplas expressões da Questão Social é própria do Serviço Social, na medida em que suas competências habilitam o(a) profissional para a maior visão de totalidade da realidade social.
- B) O/A assistente social possui qualificação e competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para atuar nas múltiplas expressões da Questão Social.
- C) A partir da inserção do(a) assistente social nas organizações públicas e privadas, é possível eliminar a Questão Social posto que a formação instrumentaliza ações para erradicar as desigualdades sociais.
- D) A Questão Social se constitui matéria do Serviço Social, tendo em vista que a legitimação da profissão se efetiva junto às famílias que necessitam de acesso aos bens e serviços.

28. A concepção de cidadania que norteia o projeto ético-político profissional do Serviço Social supõe que a prática profissional do(a) assistente social na formulação, execução e gestão de políticas sociais fundamente-se na defesa de direitos que são pautados em alguns princípios, dentre os quais se destacam:
- A) boa gestão democrática e direitos concretizados.
 - B) conjugação de programas e projetos, bens e serviços.
 - C) universalização do acesso e orçamento redistributivo.
 - D) universalização do acesso e controle do gasto público.
29. A manutenção de Sigilo Profissional consta como direito previsto no Código de Ética Profissional do Assistente Social, no quinto capítulo. Em relação ao Sigilo Profissional, é correto afirmar que
- A) o sigilo profissional previsto no Código de Ética não é respeitado e, portanto, é fundamental que o profissional utilize o arcabouço ético-político para decidir as informações que podem ser divulgadas.
 - B) diz respeito exclusivamente à inviolabilidade das informações por meio do atendimento em local restrito e adequado às necessidades de estabelecimento de confiança entre assistente social e usuário.
 - C) a possibilidade de quebra de sigilo profissional está relacionada à análise do(a) assistente social quanto à gravidade da situação revelada, ainda que signifique a exposição pontual de um usuário.
 - D) integra a Ética Profissional e diz respeito à preservação de informações dos/das usuários/as, inclusive na atuação em equipe multidisciplinar, limitando-se a repassar o estritamente necessário.
30. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei n. 8.742/93) dispõe, no artigo 20, sobre o Benefício de Prestação Continuada. Em relação à aferição da renda familiar mensal, esta é
- A) declarada pelo requerente ou pelo seu representante legal.
 - B) comprovada por meio de documentos legais pelo requerente ou pelo representante legal.
 - C) declarada pelo requerente a ser comprovada por meio de visita domiciliar.
 - D) comprovada e deve ser alvo de verificação por meio de visita domiciliar.
31. A Lei n. 10.741/2003 institui o Estatuto do Idoso. As afirmações a seguir dizem respeito à garantia de prioridade aos idosos.

I	Preferência na formulação e execução das políticas públicas, em seguida das crianças e adolescentes que se constituem a prioridade absoluta; destinação privilegiada de recursos públicos do Sistema de Proteção Social e priorização de atendimento nas repartições públicas.
II	Atendimento preferencial imediato e individualizado junto a órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população e viabilização de formas alternativas de participação.
III	Priorização do atendimento ao idoso por sua própria família em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
IV	Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos e garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

As garantias previstas nessa lei são as que estão

- A) apenas nos itens II e IV.
- B) nos itens I, II e III.
- C) nos itens II, III e IV.
- D) apenas nos itens I e III.

32. O programa do governo federal, no âmbito do Ministério da Educação, que tem, entre seus objetivos, o de reduzir custos de manutenção de vagas ociosas e promover a democratização do acesso ao ensino superior público é
- A) Bolsa Permanência.
 - B) Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.
 - C) Assistência Estudantil.
 - D) Universidade para Todos – Prouni.
33. O debate atual, no Serviço Social, acerca do planejamento nas instituições públicas e no trabalho profissional, supõe incorporar à categoria “estratégia” que possibilita
- A) conhecer o próprio campo de atuação profissional e as ferramentas do planejamento estratégico corporativo.
 - B) conferir sentido político à gestão pública e conhecer as forças em confronto na realidade planejada.
 - C) compreender o planejamento como técnica de projeção do futuro e imprimir sentido político ao plano.
 - D) conhecer a realidade planejada e utilizar as ferramentas da estatística e da econometria.
34. No âmbito da política de assistência social, as ações preventivas voltadas para a convivência, socialização, acolhimento, visando desenvolver potencialidades, aquisições e vínculos familiares e comunitários, são ações próprias
- A) da vigilância socioassistencial.
 - B) do trabalho com famílias.
 - C) da proteção de alta complexidade.
 - D) da proteção social básica.
35. Na área de intervenção sócio-jurídica, os registros utilizados pelos(as) assistentes sociais que podem compor os autos processuais são os informes, os relatórios sociais, os laudos e os pareceres. No que diz respeito à especificidade dos laudos, estes caracterizam-se por
- A) apresentarem detalhadamente o registro de todas as intervenções do(a) assistente social no estudo do objeto de análise, incluindo os procedimentos técnicos e se constituírem como prova na instrução processual.
 - B) relatarem, de maneira breve, as informações complementares que dizem respeito a uma determinada ação judicial, além de se constituírem como prova na instrução processual.
 - C) se constituírem como prova na instrução de um processo, recolhida a partir de estudo social, e serem finalizados com parecer conclusivo no que se refere à matéria do Serviço Social.
 - D) se constituírem como relato objetivo e conclusivo sobre avaliação social de uma determinada situação acompanhada pelo Serviço Social, sem necessariamente se caracterizarem como prova na instrução processual.
36. Atualmente, a pesquisa de avaliação de políticas e programas sociais utiliza-se dos métodos e técnicas próprios da pesquisa social. A escolha de métodos e técnicas, nesse tipo de pesquisa,
- A) depende da disponibilidade de tempo e dos recursos e visa conferir cientificidade para melhorar o conhecimento sobre a política e sobre os programas sociais avaliados.
 - B) é de livre escolha do pesquisador e depende da disponibilidade de tempo, do período de realização do programa e da região em que se desenvolve.
 - C) toma como referência a superação da dicotomia entre abordagem qualitativa e quantitativa, conferindo rigor científico às análises.
 - D) depende dos objetivos da política, das questões que se pretende responder, do tipo de avaliação pretendida, da disponibilidade de tempo e dos recursos.

37. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, a Norma Operacional Básica NOB-SUAS de 2012 incorpora os avanços normativos da política dos últimos oito anos e tem, entre outras inovações,
- A) a alteração nos níveis de gestão, o pacto de aprimoramento do SUAS e a implantação da vigilância socioassistencial.
 - B) a responsabilidade dos entes, a definição de modelos de gestão, os procedimentos para habilitação e as instâncias de pactuação.
 - C) a definição dos instrumentos de gestão, as competências das instâncias de pactuação e o co-financiamento do SUAS.
 - D) a definição das diretrizes para a política nacional de capacitação e o pacto de aprimoramento do SUAS.
38. No Brasil, a previdência social é baseada em um modelo que depende, fundamentalmente,
- A) do pleno emprego.
 - B) da mobilização dos trabalhadores.
 - C) do trabalho assalariado.
 - D) da contribuição patronal.
39. Constituem pressupostos do trabalho de assessoria e consultoria pelo assistente social:
- A) especialização em determinada área do saber e domínio da conjuntura na qual se realiza a assessoria/consultoria.
 - B) especialização em determinada área do saber e autocapacitação permanente do assessor.
 - C) conhecimento da realidade na qual a assessoria acontece e autocapacitação permanente do assessor.
 - D) gestão competente da totalidade do processo da política social e conhecimento da realidade.
40. A institucionalização do Serviço Social como profissão está relacionada aos processos de reprodução social, a partir do aprofundamento do capitalismo em sua fase monopolista. Isso significa que
- A) o trabalho do assistente social, nos processos de reprodução social, teve início a partir da década de 1950, com o desenvolvimentismo econômico.
 - B) há o reconhecimento da efetividade de ações que, majoritariamente, as mulheres realizavam junto aos setores pauperizados da sociedade.
 - C) foi possível, sob influência da Igreja Católica, legitimar ações já realizadas para atender as necessidades sociais da população.
 - D) a legitimação da profissão se insere no processo de divisão sócio-técnica do trabalho para atender as demandas da Questão Social.
41. O Movimento de Reconceituação constituiu-se na particularidade do Serviço Social da América Latina. No debate e na produção intelectual no Brasil, as vertentes teórico-metodológicas identificadas são:
- A) Fenomenológica, que incorpora elementos do marxismo pela importância da metodologia dialógica; modernizadora, balizada pela matriz positivista; e marxista, rompendo com o estruturalismo.
 - B) Funcionalista, com a tecnificação do exercício profissional; modernizadora, sob inspiração marxista e dialógica; e fenomenológica, a partir da valorização dos sujeitos sociais.
 - C) Marxista, como aproximação à perspectiva de transformação social; compreensiva, derivada das diversas abordagens fenomenológicas; e modernizadora, com a apreensão da totalidade da realidade social.
 - D) Modernizadora, com a incorporação da matriz funcionalista; fenomenológica, inspirada na metodologia dialógica; e marxista, a partir da análise da inserção na sociedade de classes.

42. A Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8662/93) define, no artigo 5, as atribuições privativas do Assistente Social. Considere as afirmativas abaixo sobre essa lei.

I	Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações, e pareceres sobre matéria de Serviço Social.
II	Assumir, no magistério de Serviço Social, tanto a nível de graduação como no de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.
III	Elaborar, implementar, executar e avaliar Políticas Sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
IV	Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Em relação a essa lei, a opção correta é:

- A) II, III e IV são atribuições do Assistente Social.
- B) I, II e IV são atribuições privativas do Assistente Social.
- C) Apenas I e II são atribuições privativas do Assistente Social.
- D) Apenas II e III são atribuições do Assistente Social.
43. Em relação às várias versões do Código de Ética Profissional, é correto afirmar:
- A) O Código de Ética Profissional de 1993 é resultado do acúmulo crítico do Serviço Social e consolida os princípios instaurados no Código de 1986, quando se dá a ruptura com o conservadorismo.
- B) O Código de Ética Profissional de 1975 já rompe com o conservadorismo porque realiza a crítica ao neotomismo e inaugura o processo de reconceituação no Serviço Social.
- C) O segundo Código de Ética Profissional (1965) já expressava a crítica ao conservadorismo e, ao introduzir valores liberais, rompe com as bases neotomistas.
- D) O Código de Ética Profissional de 1986, embora tenha sido resultado de um processo coletivo, não avançava na perspectiva de outro projeto societário como o que foi possível no Código de Ética de 1993.
44. A supervisão direta de estágio está presente na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social e como uma atribuição privativa. Está prevista na Política Nacional de Estágio (ABEPSS) e se caracteriza como fundamental no processo de formação profissional. Em relação a essa supervisão, é correto afirmar:
- A) A supervisão de estágio de campo é opcional, na medida em que depende da disponibilidade dos(as) assistentes sociais em condições para assumir tal tarefa, embora deva ser garantida a supervisão acadêmica para realizar a necessária articulação teoria e prática.
- B) A supervisão de estágio de campo e acadêmica é obrigatória, com a previsão de encontros sistemáticos entre os supervisores e discentes com o objetivo de acompanhar e avaliar o Plano de Estágio e o próprio processo de ensino-aprendizagem dos discentes.
- C) De acordo com a Política Nacional de Estágio (ABEPSS) e a Lei Nacional de Estágio (LEI Nº 11.788/2008), somente o estágio obrigatório deverá ser acompanhado por supervisão de campo e acadêmica tendo em vista que é prevista no projeto político pedagógico do Curso.
- D) Os estágios obrigatórios e não obrigatórios são ambos considerados atividades opcionais, desde que acrescidos à carga horária regular e obrigatória do Curso, devendo assim, ter garantida a supervisão de campo e acadêmica.

- 45.** A instrumentalidade do Serviço Social compreende
- A)** o conjunto de teorias que fundamentam o exercício profissional do(a) assistente social, na medida em que o conhecimento sobre a realidade é o instrumento mais importante para a atuação profissional.
 - B)** o conjunto de instrumentos técnicos operativos que possibilitam a intervenção do(a) assistente social no atendimento às demandas, incluindo documentação, visitas domiciliares e entrevistas.
 - C)** o conjunto de mediações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que legitimam a inserção dos(as) assistentes sociais em processos de trabalho coletivo.
 - D)** o conjunto de elementos técnicos e éticos que possibilitam ao(à) assistente social a leitura sobre a realidade e a deliberação dos instrumentos a serem utilizados no cotidiano profissional.
- 46.** “A política de Assistência Social, por sua vez, comporta equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania” (CFESS, PARÂMETROS..., 2011, p. 11). Tendo como base esse fragmento, é correto afirmar:
- A)** A atuação interprofissional é pré-requisito para que a política de Assistência Social consiga garantir direitos sociais. Assim, a existência de equipe interdisciplinar é condição para a atuação do(a) assistente social.
 - B)** A política de Assistência Social é área prioritária para a atuação profissional das(os) assistentes sociais, e sua presença é obrigatória ainda que não tenha profissionais de outras áreas do conhecimento.
 - C)** O/A assistente social é o profissional que possui competência para a garantia de direitos na Assistência Social, assim, sua presença é fundamental para a eficácia dessa política.
 - D)** O(A) assistente social é historicamente um dos profissionais que atuam na área da política de Assistência Social além de possuir competência técnica para a intervenção interdisciplinar.
- 47.** O caráter socioeducativo é intrínseco à atuação do(a) assistente social, já que, em grande parte dos espaços socioocupacionais, o(a) profissional é chamado(a) a intervir sobre a vida dos indivíduos. Sob a perspectiva da totalidade e da teoria crítica, isso significa
- A)** aprimorar a investigação e a análise dos problemas familiares para que os(as) usuários(as) possam participar da solução de suas demandas a partir da garantia de adesão ao acompanhamento social definido.
 - B)** realizar atividades participativas incluindo as entrevistas, as reuniões de família, as reuniões com grupos e com a comunidade; o encaminhamento correto para o acesso aos bens e serviços; a realização de visitas domiciliares para ampliar o conhecimento do contexto familiar.
 - C)** trabalhar com a pedagogia emancipatória, cujos princípios remetem à investigação permanente da realidade, à socialização das informações e à garantia da participação dos(as) usuários(as) na definição dos encaminhamentos para suas demandas.
 - D)** implementar atividades de grupo, como oficinas e palestras educativas, com o objetivo de estimular a reflexão dos(as) usuários(as) para a identificação e a definição da resolutividade dos problemas apresentados.
- 48.** Na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social, a defesa da democracia na gestão das políticas sociais supõe
- A)** estruturas descentralizadas de modo a socializar a participação política.
 - B)** estruturas participativas de modo a promover o empoderamento.
 - C)** exercício do controle social e da boa gestão democrática.
 - D)** descentralização e planejamento estratégico e participativo.

- 49.** Um dos desafios que se apresentam no trabalho profissional, na esfera estatal e no campo das políticas sociais públicas, é o caráter interdisciplinar e intersetorial. Esse desafio exige do profissional a capacidade de
- A)** apresentar com clareza suas propostas de ação com vistas a evitar a diluição de identidade e demarcar as competências próprias do assistente social.
 - B)** expor com clareza os ângulos particulares de análise e suas propostas de ação em face de objetos de intervenção que são comuns a diferentes profissionais.
 - C)** enfatizar as especificidades profissionais em face do objeto de intervenção com vistas a contribuir na criação de uma identidade da equipe.
 - D)** expor com clareza os ângulos particulares de análise com vistas a contribuir na criação de uma identidade entre os participantes da equipe.
- 50.** As ações de assessoria, consultoria e supervisão em Serviço Social, além de integrarem as competências do(a) assistente social, também se constituem em demandas crescentes para a inserção profissional. A esse respeito, é correto afirmar:
- A)** A consultoria difere-se da assessoria em razão do caráter mais amplo da primeira, enquanto que as atribuições da assessoria estão relacionadas a demandas pontuais.
 - B)** A assessoria, a supervisão e a consultoria possuem caráter pontual e temporário, e a distinção está apenas no vínculo que o/a profissional possui com a organização que o(a) contrata.
 - C)** A assessoria e a consultoria são ações desenvolvidas pelo profissional cujo objetivo é o de alterar uma dada situação da realidade e difere-se substancialmente da atividade de supervisão.
 - D)** A assessoria na área do Serviço Social exige identidade política entre contratado(a) e contratante, o que secundariza a necessidade de competência específica na área que será objeto de intervenção.